



O TRABALHO COM A MORTE: SAÚDE E ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DE CEMITÉRIOS

Cassia Karimi Vieira Cativo¹
Andreza Gomes Weil²

Resumo

O presente estudo tem por finalidade apresentar os dados parciais da pesquisa de iniciação científica realizada junto aos trabalhadores coveiros que atuam no cemitério de Parintins. O interesse pela temática se deu a partir das aproximações com a categoria trabalho, especialmente no que se refere ao cenário contemporâneo. A pesquisa visa identificar os impactos do trabalho sobre as condições de saúde os direitos sociais tais como saúde, assistência e previdência social dos coveiros do município, bem como o acesso de precarização vivenciadas em seu cotidiano.

Palavras-Chave: Trabalho. Morte. Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como proposta apresentar dados parciais da pesquisa de iniciação científica, realizada no cemitério Municipal junto aos trabalhadores de cemitério. Apresenta os impactos do trabalho sobre as condições de vida e saúde dos coveiros do município de Parintins, buscando particularizar seu cotidiano, suas condições de trabalho e os impactos sobre sua saúde, bem como o acesso aos direitos sociais e as repercussões do trabalho sobre sua sobrevivência.

O estudo foi motivado pelas aproximações com a categoria trabalho e sua dinâmica no contexto contemporâneo, que atinge diretamente a classe trabalhadora em suas condições de vida. Essas novas formas de gestão, impostas pelo capital, tem impacto sobre todas as categorias profissionais e se expressam pela precarização do trabalho e desarticulação sociopolítica dos trabalhadores.

Considerando esta realidade e as observações empíricas acerca do trabalho dos coveiros, foi proposto um estudo junto a estes profissionais que atuam no Cemitério Municipal de Parintins, a fim de identificar os impactos desta atividade sobre suas condições de vida e saúde. A pesquisa foi de caráter analítico e direcionada a partir da abordagem qualitativa visando uma análise da percepção dos sujeitos em relação às categorias de trabalho, morte, saúde e direitos sociais. Teve como técnica de pesquisa a entrevista semi-estruturada por meio de formulários com perguntas abertas, grupo focal, caderno de campo que darão suporte para a coleta de dados.

2 AS NOVAS PERCEPÇÕES EM RELAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

A categoria trabalho faz parte do processo sócio-histórico das sociedades. Este permite ao homem a interação com o meio no qual está inserido. É criado e reinventado de acordo com as perspectivas de cada sociedade. Assim, entende-se que cada grupo

¹ karimivieira@hotmail.com - Universidade Federal do Amazonas.

² andrezaweil@gmail.com - Universidade Federal do Amazonas.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

desenvolve o ato de trabalhar sob diversos ângulos e conseqüentemente as suas formas de produção.

Na concepção materialista da história, o trabalho é visto como a primeira atividade humana pela qual o homem modifica a natureza e a si mesmo, tendo em vista bens e serviços que necessita para sobreviver. Para tanto, necessita dos elementos como a força, os objetos e os meios para melhor concretude da atividade humana. O trabalho não é apenas a busca das satisfações físicas e biológicas, mas, sobretudo, a busca da satisfação pessoal, da identificação do sujeito como agente ativo e transformador do meio em que está inserido.

Por outro lado, o trabalho que outrora era compreendido como um ato de prazer, de realização humana, hoje metamorfoseou-se para uma atividade exercida de forma compulsória, alienada, vazia. Essa dimensão dúplice e mesmo tempo “contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, labora e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão modal em nossa vida” (Antunes, 2009, 12).

Essa dualidade em que o trabalho exerce torna-se referencia central na vida dos sujeitos, pois não é somente na esfera econômica que os impactos na vida dos trabalhadores irá se manifestar, ao contrário, perpassa a esfera social, psicologia e simbólica, determinando as relações sociais e o desenvolvimento de uma sociedade.

Porém, esse processo de trabalho produz também suas contradições, pois, ao mesmo tempo em que o trabalhador produz riquezas, também se enxerga estranho a esse processo, ou seja, o que é produzido por ele não é visto como sendo seu produto final, mais como um algo que lhe é desconhecido. Assim, esse estranhamento é fruto de um processo de desigualdades entre as classes, no qual acentuou-se no sistema capitalista de produção, em que a riqueza socialmente produzida concentrou-se nas mãos de um pequeno grupo de sujeitos, e marginalizando a maioria da população.

O Estranhamento é o afastamento do homem de sua essência humana, é a sua conversão em coisa, sua retificação. Uma sociedade estranhada é uma sociedade que cria, por sua lógica estrutural, barreiras estruturais para o livre desenvolvimento das potencialidades humanas (PADILHA, 2007, p. 15).

Essas barreiras impostas pela sociedade fazem com que os trabalhadores vivenciem a precarização nas suas formas de trabalho, logo, este processo se reflete no modo de vida com o qual ele reproduz sua existência, fazendo com que suas potencialidades humanas não sejam desenvolvidas, impondo barreiras para o seu desenvolvimento social, intelectual e humano.

Nos últimos anos o debate em torno das transformações do mundo do trabalho tem se intensificado, autores como Antunes (2003), Alves (2009), Mezsaro (1999), Silva (2009), apresentam as duas ultimas décadas e inicio deste novo milênio como marcado por profundas transformações provocadas pelo sistema capitalista de produção. As modificações foram tão intensas que se pode mesmo afirmar que *a classe que vive do trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só em relação à sua materialidade, mas profundas repercussões em sua subjetividade e, no intimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser”. (Antunes 2009, p. 15)

As crises do capital refletiram em uma múltipla processualidade, pois de um lado verifica-se a desproletarização do trabalho industrial, ou seja, um enxugamento do numero de trabalhadores ditos formais, e de outro, a intensificação da subproletarização, expressa por formas de trabalho tais como: parcial, terceirizado, subcontratado que não asseguram aos trabalhadores seus direitos sociais.



O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e mais velhos. (ANTUNES, 1997, 42-43)

Tais mudanças trouxeram fortes impactos na vida da classe trabalhadora, principalmente no que se refere às relações de trabalho existentes entre trabalhadores e patrões. A crise do capital, expressa pelo processo de reestruturação produtiva, traz como saldo negativo para os trabalhadores a perda de direitos e a precarização nas relações de trabalho que atinge várias dimensões, entre estas as condições materiais e imateriais, expressas principalmente pelo arrefecimento das representatividades sociopolíticas.

O que se verifica é que no limiar dos séculos XIX, XX e hoje no transcorrer do século XXI, o trabalho não rompeu com o caráter capitalista do modo de produção, ou seja, continuou a produzir para a obtenção de uma maior lucratividade. O que de fato mudou, foram as ideologias e o fetichismo cada vez maior para o consumo de mercadoria, e a produção em escala global, a qual reflete negativamente em problemas ambientais que hoje a sociedade vem sofrendo.

3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: REFLEXÕES EM RELAÇÃO O LADO INVISÍVEL DO MUNDO DO TRABALHO

A década de 1960 foi porta de entrada para importantes mudanças no cenário econômico mundial. Esses vestígios apontavam para uma crise que refletiria em todo processo econômico e social dos países, pois suas raízes vinham de profundas “crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro de capacidade e de produção de setor manufatureiro internacional”. (ANTUNES, 2009, p. 32)

Assim, essa produção começou a dar sinais de esgotamento, causando crises ao redor do mundo, sendo necessário pensar em soluções que pudessem reviver o mercado financeiro, estratégias que trouxessem de voltas os lucros e a produção do capital.

De acordo com Alves (2013) este fenômeno, também denominado de acumulação flexível, surge como estratégia corporativa que busca enfrentar as condições crítica do desenvolvimento capitalista e constitui-se em um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem corporativa na concorrência internacional .

A crise do capital trouxe sérios problemas para a economia mundial, a superprodução sem escoamento gerou desemprego de forma estrutural. As medidas para combater essa crise foram traçadas a partir de um novo modelo de gerenciamento da produção, novas bases tecnológicas e conseqüentemente novas formas de exploração da mão de obra do trabalhador.

No Brasil essa reestruturação ocorreram a partir da década de 1980 nas indústrias automobilísticas, que passaram a implantar novas políticas organizacional em suas empresas e nas linhas de produção. “Esse processo orientou-se pelo proposito de ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e crescente instabilidade econômica” (SILVA, 2009, p. 82).

Essas mudanças pela qual o país passou e continua a vivenciar contribuíram para o aprofundamento da questão social no país, pois com a distribuição da riqueza de forma desigual, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho promoveu mudanças dolorosas para esses sujeitos.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Galeazzi (2006) argumenta sobre a precarização do trabalho como uma das situações laborais que se tornaram expressivas nesta nova sociedade neoliberal. Assenta-se no bojo da redução dos direitos sociais, condições inadequadas para o desenvolvimento produtivo desses trabalhadores e, conseqüentemente gerando riscos a sua saúde. Logo, “trabalho precário” está associado a quatro características principais, a saber: “I – insegurança no emprego; II – perdas das regalias sociais; III – salários baixos; IV – descontinuidade do tempo de trabalho” (SÁ, 2010, p. 02).

A precarização laboral tem surgido como uma preocupação para a sociedade contemporânea, pois não diz respeito apenas às formas de contratações dos trabalhadores, mais reflete principalmente no modo de vida a qual eles estão vivenciando, ou seja, “esse deslocamento do desenvolvimento para a luta contra a pobreza, faz com que o emprego deixe de ser uma questão econômica para ser uma questão social, sem que a racionalidade do capital em nada se altere” (TAVARES, 2002, p.19).

Desse ponto de vista, é possível perceber a dinâmica na qual os trabalhadores estão envolvidos, trabalhando cada vez mais para a manutenção e a (re)produção de capital, porém, sem que ocorra a distribuição igual entre as partes, refletindo de forma precária em suas condições de subsistência.

Nesses termos, Marx apud NAVARRO; PADILHA (2007, p. 15) enfatiza que:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (grifo do autor).

O trabalhador passa a produzir cada vez mais riqueza para os proprietários dos meios de produção e neste processo consolida ainda mais o antagonismo de classes sociais, e percebe as riquezas que produz como algo que não lhe pertence e está distante da sua realidade.

Contudo, para o capital o objetivo principal é sua supervalorização, ou seja, a produção de mais valia e a maior exploração possível da classe trabalhadora pelo capitalista. Para o trabalhador por sua vez, isto reflete na precarização de suas condições de trabalho e de sua vida familiar, pois a “precarização do trabalho e precarização familiar são indissociáveis”. (HIRATA, 2011, p. 16)

O trabalho precário conduz à intensificação do trabalho, porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis dos que estão desempregados e que procuram trabalho, e estão dispostos, de certa forma, a aceitar condições salariais e condições de trabalho mais difíceis e mais penosas. Ao mesmo tempo, essa intensificação é também o resultado das novas formas de organização do trabalho e da produção. Trata-se de organizações flexíveis do trabalho e da produção, essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e de emprego no momento atual. (IBIDEM, p. 17)

Em meio a este processo, estabeleceu-se um paradoxo na sociedade, no qual o mercado de trabalho absorve mão de obra, todavia, não os possibilita estabilidade profissional, salários condizentes às tarefas desempenhadas.

Desta feita, o trabalhador é envolto em uma rede de relações que fazem com que sua força de trabalho seja cada vez mais desvalorizada, refletindo nas suas condições de



vida (saúde, educação, lazer, segurança, etc.) e conseqüentemente refletindo em sua vida familiar.

Em meio ao conjunto dos trabalhadores que vivenciam o processo da precarização nas relações de trabalho estão os coveiros, que desempenham uma atividade socialmente necessária, porém, sofrem a desvalorização e preconceito em razão da atividade que desenvolvem.

4 O MUNDO ALÉM DOS MUROS DO CEMITÉRIO

A morte é uma passagem que acontece na vida de todos os homens independente de classe social, crenças religiosas, de estarem ou não preparadas para enfrentá-la. No limiar entre vida e morte estão os coveiros que lidam cotidianamente com esse fenômeno.

Os coveiros fazem parte da categoria de trabalhadores de serviços funerários, que em geral são estigmatizados e em alguns casos até discriminados pelo fato de trabalharem diretamente com o fenômeno da morte. Tal situação ocorre porque *o morrer* não é algo encarado com naturalidade pela sociedade em geral. Por outro lado, no momento em que a morte acontece, estes profissionais tem papel fundamental para as questões administrativas e de organização dos serviços fúnebres.

É inquestionável que estes trabalhadores vivenciam um ambiente de trabalho atípico, uma vez que, seu ambiente de trabalho é o cemitério, as principais atividades restringem-se ao contato com cadáveres e até com os restos mortais, visto que também realizam o trabalho de exumação. Tendo em vista estas questões, estes trabalhadores não estão alheios aos riscos e a exposição de sua saúde, principalmente pela não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual.

A Legislação Trabalhista Brasileira reconhece as profissões que lidam com a morte, por meio do Código Brasileiro de Ocupações – CBO (2002) sendo estas registradas no Grande grupo 5 (Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas ou mercados), nas famílias 5165 que refere-se a *trabalhadores de serviços funerários* e 5166 referente aos *trabalhadores auxiliares dos serviços funerários*. Nesta última localiza-se a ocupação de coveiros ou sepultadores, registrada sob o número 5166-10, modificada em 2002 com a revisão do CBO. Este reconhecimento tardio evidencia a situação de vulnerabilidade e ausência de reconhecimento da profissão que anteriormente estava registrada no Grande Grupo de *Trabalhadores de Produção Industrial, Operadores de Máquinas, Condutores de Veículos e trabalhadores assemelhados*, na família de *trabalhadores braçais não classificados sobre outras epígrafes*

O CBO ainda sinaliza as principais atividades desenvolvidas por estes trabalhadores, sendo as seguintes: constroem, preparam, limpam, abrem e fecham sepulturas. Realizam sepultamento, exumam e cremam cadáveres, trasladam corpos e despojos”. Dentro dos serviços que lhe são atribuídos está, também, a “conservação dos cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho. Zelam pela segurança do cemitério” (MTE/CBO, 2002).

O cotidiano de trabalho dos coveiros não é fácil, as atividades em si possuem particularidades muitas vezes imperceptíveis, muito em função do ambiente que envolve o seu trabalho. Nesse universo que esta *para além do cemitério*, verifica-se, por exemplo, que o processo de sepultamento se diferencia, tanto no que se refere ao tipo de sepultura, quanto ao estado físico do cadáver. Tais situações são relatadas pelos coveiros entrevistados:

“Nosso trabalho é assim, agente vem pra cá ai o administrador diz se tem enterro ou não, ai geralmente tem. Então agente vai cavar o buraco quando não chove é bom porque a terra ta seca, mais quando chove agente tem que se sujar todo de lama, acho que a pior coisa é quando temos que trabalhar com chuva, porque



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

ninguém sabe de quer aquele defunto morreu, e a agua escorre toda em nós”
(coveiro A)

“A pior parte do trabalho é quando agente tem que enterrar em cima dos outros, ave Maria é ruim! Porque agente tem que ir na sepultura e as vezes o defunto ainda ta meio inteiro e fede, e não é bom, mas tem que fazer né, mas quando só é os ossos tudo bem é so colocar em cima, mas ele ainda inteiro ou se desfazendo não é bom”
(Coveiro B)

Em geral, esta profissão é predominantemente do sexo masculino e pelas informações relatadas na pesquisa, parte dos trabalhadores atuam como coveiros em razão da falta de oportunidade de emprego e da baixa qualificação profissional, situação que não lhes permitiu almejar outras profissões.

“Minha família era muito humilde e naquele tempo os pais tinham muitos filhos, e ai os mais velhos tinham que trabalhar pra ajudar em casa. Não dava pra ir pra escola, hoje não os jovens tem muita oportunidade no meu tempo não tinha isso. Hoje não penso em sair daqui, quem vai querer me dar emprego pra alguém que não sabe ler e nem escrever?” (coveiro A)

“Quando minha família veio do Ceará a gente não tinha muito estudo, vim estudar aqui. Dai surgiu o trabalho de coveiro, então aceitei porque não dava pra escolher profissão se não tinha conhecimento, ninguém que alguém que não sabe nada”.
(coveiro D)

A baixa escolaridade é um dos fatores que levam estes trabalhadores a buscarem a profissão de coveiro. Tal situação ficou evidente quando perguntado se desejavam ser coveiro, os mesmos foram unânimes em dizer que “não”, e que se existisse outra oportunidade, um grau de estudo melhor, eles almejavam outras profissões.

Conforme já salientado, este profissional também é alvo de preconceitos em razão da profissão que desempenha. Durante a pesquisa foi identificado que esta situação ocorre dentro da própria família, conforme relatam alguns familiares:

“peguei um susto quando ele chegou triste em casa dizendo que ia ser coveiro, por que ninguém dá valor pra eles, ai eu vi que ele se arrependeu de não ter estudado”
(Esposa do coveiro B)

“Meus filhos tem vergonha de dizer que os pais dele é coveiro. Um dia na escola os filhos tinham que levar os pais pra falar o que eles faziam, mais minha filha nem quis ir nesse dia, porque todo mundo ia rir dela e do pai dela, tento conversar com eles e dizer que a profissão do pai deles é digna e não devem ter vergonha. (Esposa do coveiro E)

Tais situações explicam também a insatisfação destes trabalhadores, que durante a entrevista revelaram, em unanimidade que mudariam de profissão se tivessem outra oportunidade. Ainda sim, parte dos entrevistados já trabalham nesta profissão há mais de 20 (vinte) anos, como é o caso do coveiro A, que possui 53 (cinquenta e dois) anos e trabalha há 27 (vinte seis) anos, ou seja, metade de sua vida foi vivenciada na função de coveiro.

Tal situação revela que no mundo do trabalho contemporâneo o trabalhador é obrigado a se metamorfosear para atender as condições impostas pelo sistema capitalista e expressas pela precarização de seu trabalho, pelos baixos salários e conseqüentemente a proletarização de sua vida faz, com que “o custo do operário se reduza quase que exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência” (MARX; ENGELS, 1999, p. 18).



5 A PRECARIZAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUA DESPROTEÇÃO SOCIAL

O trabalho de coveiro é uma profissão que requer cuidados diferenciados em razão de suas atividades que envolvem, por exemplo, o contato com corpos em decomposição, o serviço de cavar as sepulturas, lápides, exumações e outros. Além disso, as intempéries climáticas como sol e chuva, são fatores de estresse para estes trabalhadores. Durante a pesquisa não foi identificada a utilização de equipamentos de segurança e mesmo que essa profissão já exista ao longo dos anos, muitos ainda “utilizam de improvisação do ferramentário, adaptação de equipamentos sem instruções ou treinamento específico, além de uma grande carga emocional, dado que, eles vivenciam diariamente a dor, a perda, o luto (PESSOA et al, 2002, p.13).

Não existe hora para as atividades exercidas pelos coveiros e muito menos chuva ou sol. Muitas vezes a exposição ao sol acaba fazendo com que esses trabalhadores sintam-se fadigados ao final do dia. A norma regulamentadora do trabalho no artigo 17 versa que: “as condições ambientais de trabalho e a organização do trabalho devem estar adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado” (BRASIL, 2001, p. 56). Todavia, as condições em que esses trabalhadores estão expostos fazem com que isso acarrete danos a sua saúde.

Possíveis sinais, visíveis ao operário exposto a temperaturas altas, são identificáveis, como: sensação geral de mal-estar, mesmo com ritmo de trabalho imposto, e predisposição ao trabalho. É notória a diminuição produtiva, pele avermelhada e frequência cardíaca aumentada fortemente. Com a contínua exposição ainda podem ocorrer: fortes dores de cabeça, tontura, falta de ar seguida de vômitos e câimbras musculares. Um quadro de inconsciência muitas vezes se instala no trabalhador, o que pode levar a morte (PESSOA et al, 2002, p. 9).

A exposição ao sol e sob altas temperaturas fazem com que esses trabalhadores fiquem vulneráveis a diversas doenças, como doenças de pele, doenças cardíacas, problemas pulmonares e principalmente ortopédicos devido á força que desempenham para realizar o trabalho. Essas questões foram evidenciadas na fala de um dos entrevistados quando este relatou que “(...) *ao final do dia me sinto estressado, cansado, principalmente quando tenho que realizar muito sepultamento, aí a gente fica no sol, no fim da tarde tô quebrado, tá vindo a época da chuva e não tem jeito porque agente fica todo molhado*” (COVEIRO B, 2014).

A ausência de material de segurança contribui para que esses trabalhadores estejam sujeitos ao risco de doenças. Quando perguntado a eles sobre os materiais de segurança, eles relataram a mesma resposta: “*só vem se a gente tiver cobrando do administrador, porque por eles mesmos não vinham nada pra cá*” (COVEIRO B). Compartilhando da mesma ideia outros afirmaram que: “*olha os materiais é a farda, às vezes luva, algumas vezes vem máscara, mas é difícil, a maioria das vezes a gente só ganha a farda e só!*” (COVEIRO C).

Por outro lado, esses trabalhadores vivenciam a desproteção dos seus direitos sociais, pois os direitos fundamentais constituído na Constituição de 1988, que garantiriam a eles o usufruto de condições de igualdade, vida digna assegurada por meio da proteção do Estado, acabam não se efetivando tanto em seu ambiente de trabalho como também na vida familiar.

A ausência de informação quanto a sua situação trabalhista é uma dos aspectos da desproteção em que esses trabalhadores vivenciam. Estes coveiros desconhecem quais são seus vínculos empregatícios com a prefeitura, e quando perguntados sobre o contrato,



os mesmos afirmam que a carteira de trabalho nunca foi assinada, porém, tem um contrato de trabalho e recebem um espelho do contracheque mensalmente.

Tal situação evidencia a precarização nas relações de trabalho, visto que os próprios entrevistados afirmam que não tem conhecimento se a contribuição previdenciária está sendo repassada regulamentemente. Para Boschetti (2009) os direitos derivados do trabalho, como seguro desemprego, aposentadorias, pensões e seguro saúde, também instituiu diversos benefícios assistenciais, com intuito de reduzir desigualdades e responder à satisfação de necessidades básicas e específicas.

De qualquer forma, o que se verifica, a priori é que esses trabalhadores vivem em processo de precarização de sua saúde e desproteção de seus direitos, já que possuem baixos salários, condições inadequadas de trabalho, e estão expostos a diversos agentes que comprometem o seu desenvolvimento social e familiar.

6 CONCLUSÃO

O processo de precarização instalado no trabalho a partir da crise modifica as relações estabelecidas entre empregados e patrões e traz um cenário ainda mais favorável ao capital. As novas formas de dominação intensificam a exploração do trabalho e atinge principalmente a subjetividade dos trabalhadores. Os fatores mais agravantes concentram-se nas relações trabalhistas e a na perda de direitos desses trabalhadores, uma vez que vem sendo submetidos a contratos de trabalho precários e instáveis, que em muitas situações expõe os trabalhadores a condições perigosas e insalubres.

Com os coveiros que trabalham no cemitério de Parintins não é diferente. Esses profissionais estão expostos as mais diversas situações em seu ambiente de trabalho. Agentes biológicos e químicos estão em todo momento acompanhando esses trabalhadores que, em sua maioria já adquiriam doenças devidas às condições em que estão submetidos.

Verifica-se que os trabalhadores de cemitério vivenciam a situação de precarização de suas condições de trabalho, seus direitos trabalhistas, condições dignas de execução de suas atividades, o que reflete de forma negativa na qualidade de vida. Contudo, a pesquisa continua em andamento, afim de poder compreender o universo em que estes trabalhadores estão inseridos e poder contribuir com informação junto a esses sujeitos.

Chama atenção para o fato de que são cidadãos inseridos no mercado de trabalho, contudo, seus direitos sociais não estão sendo garantidos conforme prescreve as leis trabalhistas. É necessário que o poder público assuma seu papel enquanto gestor e possibilite a esses trabalhadores melhores condições de trabalho e, conseqüentemente terão uma mais digna frente à conjuntura do sistema vigente. Assim, sem pretensões de concluir, entende-se que a discussão aqui apresentada abre um campo, indubitavelmente a ser explorado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP, 1997.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório**: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI20ALVES_2010.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

GALEAZZI, Irene. **Precarização do trabalho**. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

HIRATA, Helena. **Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho**: Brasil, França, Japão. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

PADILHA, Valquíria. **Qualidade De Vida No Trabalho Num Cenário De Precarização**: A Panaceia Delirante. Revist. Trab. Educ. Saúde. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, nov.2009/fev. 2014.

PESSOA, E. B.; FILGUEIRAS E. V.; LUCENA F. A. N.; MACIEL, M. L.; CALHEIROS, R. P.; CORREIA, W. F. M. Análise ergonômica do posto de trabalho do coveiro. In: **Anais do VII Congresso Latino Americano de Ergonomia – ABERGO**. Recife, Brasil, 2002.

SÁ, Teresa. **Precariedade e Trabalho precário: consequências sociais da precarização laboral**. Configurações [online], 2010. Edição de Fev. 2012. Disponível em: <<http://configurações.revues.org/203>> . Acesso em: 06 maio de 2013.

TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho informal**: os fios (in)visíveis da produção capitalista. Revista OUTUBRO, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n. 7, 2002.